

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Itiquira Energética S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Itiquira Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itiquira Energética S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itiquira Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Sociedade são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A Sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Como divulgado na nota explicativa 4, em 31 de dezembro de 2021, essa estimativa totalizou R\$ 17.441 e R\$ 26.538 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia, calculados com base no volume consumido por cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2021 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; 4) revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e 5) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

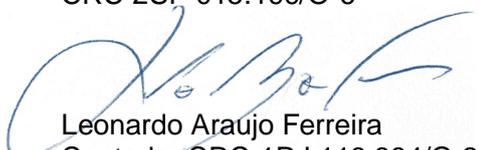
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-1RJ 116.384/O-2

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.069	14.414	15.815	16.382
Contas a receber	4	17.468	49.941	26.552	38.120
Estoques		4.835	5.467	6.411	6.698
Dividendos a receber	21	200	8.724	-	-
Impostos a recuperar		5.691	3.431	6.271	3.885
Despesas antecipadas	6	790	512	1.609	1.209
Mútuos a receber	5	282.317	266.846	282.317	269.178
Outros		7.038	5.940	8.125	6.341
Total do ativo circulante		330.408	355.275	347.100	341.813
Não circulante					
Despesas antecipadas	6	-	-	113	563
Investimento	8	261.624	247.609	-	-
Imobilizado	9	236.987	257.795	490.073	527.806
Arrendamento	10	598	-	1.219	-
Depósitos judiciais	7	15.800	8.805	15.841	8.846
Total do ativo não circulante		515.009	514.209	507.246	537.215
Total do ativo		845.417	869.484	854.346	879.028

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	11	16.935	27.502	21.112	33.104
Empréstimos e financiamentos	13	74.357	70.271	74.357	70.271
Impostos e contribuições a recolher	12	5.933	5.819	7.005	6.738
Salários e encargos sociais		875	802	875	802
Dividendos a pagar	21	41.293	3.404	41.293	3.404
Arrendamento	10	211	-	427	-
Outras contas a pagar		1.411	-	2.234	743
Total do passivo circulante		141.015	107.798	147.303	115.062
Não circulante					
Contas a pagar	11	-	4.498	-	4.498
Empréstimos e financiamentos	13	218.879	256.974	218.879	256.974
Impostos diferidos	20	40.632	31.036	40.632	31.036
Provisão para contingências	14	8.837	8.791	8.844	8.798
Arrendamento	10	451	-	903	-
Outras contas a pagar		-	-	2.182	2.273
Total do passivo não circulante		268.799	301.299	271.440	303.579
Patrimônio líquido					
Capital social	15	136.474	136.474	136.474	136.474
Reservas de lucros	15	241.783	251.679	241.783	251.679
Ajustes de avaliação patrimonial	15	53.507	68.395	53.507	68.395
Reserva de capital	15	3.839	3.839	3.839	3.839
Total do patrimônio líquido		435.603	460.387	435.603	460.387
Total do passivo e do patrimônio líquido		845.417	869.484	854.346	879.028

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	16	185.358	157.976	266.672	229.242
Custo de geração de energia	17	(123.715)	(59.772)	(131.760)	(69.775)
Lucro bruto		61.643	98.204	134.912	159.467
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(13.628)	(14.809)	(42.046)	(42.805)
Resultado com equivalência patrimonial	8	43.043	32.055	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	18	(48)	(8.826)	45	(8.869)
		29.367	8.420	(42.001)	(51.674)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		91.010	106.624	92.911	107.793
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	19	20.928	1.074	22.096	2.785
Despesas financeiras	19	(26.493)	(3.987)	(26.570)	(4.052)
		(5.565)	(2.913)	(4.474)	(1.267)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		85.445	103.711	88.437	106.526
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	(3.710)	(4.404)	(6.702)	(7.219)
Diferido	20	(9.412)	(3.780)	(9.412)	(3.780)
		(13.122)	(8.184)	(16.114)	(10.999)
Lucro líquido do exercício		72.323	95.527	72.323	95.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	72.323	95.527	72.323	95.527
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	72.323	95.527	72.323	95.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		136.474	3.839	135.009	24.720	73.007	89.792	-	462.841
Realização da avaliação patrimonial	15.c	-	-	-	-	-	(19.827)	19.827	-
Renovação do Benefício Lucro da Exploração	15.b.3	-	-	-	-	-	(1.570)	-	(1.570)
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	15.d	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	15.d	-	-	-	-	(73.007)	-	-	(73.007)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	95.527	95.527
Constituição de reserva legal	15.b	-	-	-	1.911	-	-	(1.911)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	-	-	-	-	-	-	(3.404)	(3.404)
Reserva de incentivos fiscais	15.b	-	-	9.950	-	-	-	(9.950)	-
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	-	-	80.089	-	(80.089)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		136.474	3.839	144.959	26.631	80.089	68.395	-	460.387
Realização da avaliação patrimonial	15.c	-	-	-	-	-	(14.704)	14.704	-
Renovação do Benefício Lucro da Exploração	15.b.3	-	-	-	-	-	(184)	-	(184)
Apropriação do complemento da Reserva de Incentivos Fiscais	15.b.3	-	-	2.091	-	-	-	(1.126)	965
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	15.d	-	-	-	-	(80.089)	-	-	(80.089)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	72.323	72.323
Dividendos mínimos obrigatórios	15.d	-	-	-	-	-	-	(17.799)	(17.799)
Reserva de incentivos fiscais	15.b	-	-	11.141	-	-	-	(11.141)	-
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	-	-	56.961	-	(56.961)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		136.474	3.839	158.191	26.631	56.961	53.507	-	435.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		72.323	95.527	72.323	95.527
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9	48.596	50.449	79.561	80.599
Depreciação de arrendamento	10	75	-	133	-
Encargos financeiros, líquidos	5, 13 e 10	3.673	105	3.683	60
Baixa de ativo imobilizado	9	117	256	330	292
Resultado de equivalência patrimonial	8	(43.043)	(32.055)	-	-
Extensão de outorga	9	(23.275)	(57.080)	(34.861)	(66.136)
Provisão para contingências	14	49	8.715	47	8.762
Impostos diferidos	20	9.412	3.780	9.412	3.780
Amortização de despesa de contratação	13	472	(3.065)	472	(3.065)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		32.473	(8.833)	11.568	(4.688)
Contas a receber		632	(259)	287	(608)
Estoques		(2.260)	359	(2.386)	371
Impostos a recuperar		(6.995)	(8.676)	(6.995)	(8.676)
Depósitos judiciais		(278)	669	50	1.250
Despesas antecipadas		(132)	(2.863)	(818)	(3.082)
Outros					
Aumento (redução) nos passivos operacionais		(15.065)	15.268	(16.490)	16.312
Contas a pagar		73	(114)	73	(114)
Salários e encargos sociais		(3)	(3)	(1)	(49)
Pagamento de contingências	14	114	(5.734)	267	(5.820)
Impostos e contribuições a recolher		1.411	-	1.400	(157)
Outras contas a pagar					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		78.369	56.446	118.055	117.623
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		37.552	29.811	-	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	5	(17)	(298.300)	(18)	(303.386)
Recebimento de principal - operação de mútuo	5	4.050	31.735	6.388	34.518
Redução de capital em empresas investidas	8	-	25.000	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	9	(4.630)	(791)	(7.297)	(2.914)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		36.955	(212.545)	(927)	(271.782)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos e financiamentos	13	3.971	332.566	3.971	330.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	(40.000)	(14.698)	(40.000)	(12.116)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13	(21.611)	(355)	(21.611)	(355)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	10	(29)	-	(55)	-
Dividendos pagos		(60.000)	(151.497)	(60.000)	(151.497)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(117.669)	166.016	(117.695)	166.032
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.345)	9.917	(567)	8.808
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		14.414	4.497	16.382	7.574
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		12.069	14.414	15.815	16.382
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.345)	9.917	(567)	8.808
Informações complementares					
Valores pagos de IR:		1.054	2.039	2.930	3.860
Valores pagos de CS:		4.905	5.873	5.909	6.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itiquira Energética S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “Itiquira”) é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade foi constituída em 10 de junho de 1983 sob a forma de sociedade limitada. Sua transformação em sociedade anônima ocorreu em 15 de setembro de 1997, conforme Assembleia Geral de Transformação realizada nesta data.

A Sociedade tem por objetivo a geração de energia para atendimento próprio e comercialização com terceiros por meio de contrato de concessão celebrado com a União, na condição de Poder Concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, podendo, ainda, explorar a atividade agropastoril, instalar unidades hidrelétricas, bem como participar do capital social de outras sociedades.

A acionista controladora da Sociedade é a Itisa Holding LLC, estabelecida em Delaware, Estados Unidos.

Além da UHE Itiquira, a Sociedade é detentora de outorgas para exploração das PCH e UHE indicadas abaixo:

Usina	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
PCH Paraíso I	21,6	Resolução ANEEL Nº 358/1999	Costa Rica - MS
UHE Assis Chateaubriand	29,5	Contrato de Concessão n. 02/1997	Ribas do Rio Pardo - MS

Em 03 de agosto e 14 de setembro de 2021, as Resoluções Homologatórias nº 2919/2021 e 2932/2021 estenderam o prazo das outorgas da PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand, respectivamente, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Paraíso I e a UHE Assis Chateaubriand tiveram o prazo de suas outorgas alterados para 29 de setembro de 2032 e 10 de fevereiro de 2029, respectivamente.

Contrato de concessão

A Sociedade é detentora de Contrato de Concessão nº 213/98 firmado com a União para a exploração dos recursos hídricos do Rio Itiquira no município de Itiquira - MT, mediante a construção e implementação de usina, tendo prazo de vigência de 30 anos, contados a partir de 15 de dezembro de 1994.

Em 08 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.115 estendeu o prazo da autorização da UHE Itiquira para o dia 23 de dezembro de 2024, decorrente de repactuação do risco hidrológico.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021 estendeu o prazo de concessão da UHE Itiquira, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE Itiquira teve a vigência de sua outorga alterada para 19 de junho de 2026.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem direito a solicitar prorrogação da concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação de sua concessão depende de aprovação do Poder Concedente, não havendo garantia se será concedida, nem em quais condições.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

Usina Hidrelétrica - UHE Itiquira

O início da operação comercial do empreendimento ocorreu em 06 de outubro de 2002, com potência instalada de 157,37 MW.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Venda:

Cliente	Empresa	Datas dos contratos	
		Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	Pantanal	01/01/2008	31/12/2027
Partes Relacionadas	Itiquira	01/01/2018	31/12/2025

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A Sociedade e suas controladas em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não entrou em nenhuma renegociação referente ao faturamento ou fornecimento de energia durante o período de pandemia do COVID-19 ocorrida no ano de 2021.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber e contas a receber.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizadas.

O ágio alocado no ativo imobilizado da Sociedade decorre de incorporação reversa ocorrida no exercício de 2008. O ágio, apurado pela Sociedade entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, é amortizado conforme a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. A amortização do ágio alocado em ativos é apresentada na demonstração do resultado, abaixo do lucro operacional.

e) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 8.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

e) Investimentos--Continuação

Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais.

Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pelas controladas da Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade e sua controlada direta Cachoeira Escura apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. A Sociedade possui o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2022. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% para 15,25%.

Já as suas controladas indiretas Pantanal e Bela Vista, apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controlada direta	Percentuais de participação	
	2021	2020
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2021	2020
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	232	10.211	477	10.350
Aplicações financeiras	11.837	4.203	15.338	6.032
Total	12.069	14.414	15.815	16.382

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	4.203	-	4.203
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	-	-	-	1.800
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	2.124	-	3.751	21
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	9.713	-	11.587	8
			11.837	4.203	15.338	6.032

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de energia	2.695	2.688	9.302	9.045
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	5.994	-	5.994	4.276
Contas a receber – partes relacionadas	8.779	47.253	11.256	24.799
	17.468	49.941	26.552	38.120

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo a vencer	17.441	10.056	26.538	22.937
Saldo vencido até 30 dias	24	39.881	5	15.180
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	5	-
Saldo vencido há mais de 365 dias	3	4	4	3
Total	17.468	49.941	26.552	38.120

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	266.846	-	269.178	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	17	298.300	18	303.386
Juros incorridos	19.504	263	19.504	263
Imposto sobre operação financeira	-	18	5	47
Amortização de principal	(4.050)	(31.735)	(6.388)	(34.518)
Saldo final	282.317	266.846	282.317	269.178

A Sociedade possui operação de mútuo realizada com Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2020, com juros de CDI + 2,9% a.a. com data de vencimento indeterminada.

As controladas da Sociedade (Bela Vista, Pantanal e Escura) realizaram operações de mútuo com Brookfield Energia Comercializadora Ltda. e com Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2020, sem juros e com data de vencimento indeterminada. A operação foi integralmente quitada em 2021.

6. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adesão ao deslocamento hidráulico	-	-	563	1.013
Prêmio de seguro de risco operacional	790	512	1.159	759
Total	790	512	1.722	1.772
Ativo circulante	790	512	1.609	1.209
Ativo não circulante	-	-	113	563

Durante o exercício de 2015, foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, a Sociedade e sua controlada Pantanal Energética Ltda. aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais – tributário	15.657	8.686	15.657	8.686
Depósitos judiciais - outros	143	119	184	160
Total	15.800	8.805	15.841	8.846

Os principais depósitos judiciais referem-se basicamente a dois depósitos judiciais em ações tributárias da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 8.686 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 8.686) refere-se à execução fiscal proposta pela União (Fazenda Nacional) para cobrança de débitos que tiveram origem em compensações que restaram não homologadas pela Receita Federal. A empresa opôs embargos à execução, que tiveram sentença desfavorável, confirmada em 2ª instância. A empresa prosseguiu com os recursos cabíveis e, atualmente, aguarda julgamento do Agravo pelo STF. Foi realizado depósito integral e em dinheiro na execução fiscal, em substituição à apólice de seguro anteriormente apresentada, diante da ausência de efeito suspensivo aos recursos nos embargos à execução.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 6.971 refere-se à execução fiscal proposta pela União (Fazenda Nacional) para cobrança de IRPJ e CSLL, em decorrência de glosa de deduções a título de amortização do ágio, nos anos-calendário 2008 e 2009. Foi ajuizada ação anulatória, com oferecimento de apólice de seguro para fins de renovação da certidão de regularidade fiscal. A ação foi julgada improcedente sendo interposto recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. A empresa efetuou o depósito integral e em dinheiro na execução fiscal, diante da ausência de efeito suspensivo aos recursos interpostos.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cachoeira Escura Energética S.A.	100,00%	100,00%	261.624	247.609	43.043	32.055	261.624	247.609	43.043	32.055
Total					43.043	32.055	261.624	247.609	43.043	32.055

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2021
Cachoeira Escura Energética S.A.	247.609	43.043	(29.028)	261.624
Total	247.609	43.043	(29.028)	261.624

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)--Continuação

Controlada	Saldo em 2019	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2020
Cachoeira Escura Energética S.A.	297.811	32.055	(50.000)	(32.257)	247.609
Total	297.811	32.055	(50.000)	(32.257)	247.609

Principais informações sobre as controladas:

	2021				2020			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Cachoeira Escura Energética S.A.	261.830	206	261.624	43.043	281.355	33.746	247.609	32.055
Pantanal Energética Ltda. (*)	66.560	14.265	52.295	50.568	60.195	22.036	38.159	30.443
Bela Vista Energética Ltda. (*)	54.142	15.414	38.728	15.141	56.823	11.222	45.601	24.304

(*) A entidade é controlada indireta com participação de 100%.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Custo atribuído					Em curso		Ágio na incorporação	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2019	5.064	137.793	442.326	100.977	49.838	2.095	2.195	116.468	856.756
Adições	-	-	57.080	-	-	79	712	-	57.871
Baixas	-	(125)	-	-	-	-	(165)	-	(290)
Transferências	-	750	-	-	-	(392)	(358)	-	-
31 de dezembro de 2020	5.064	138.418	499.406	100.977	49.838	1.782	2.384	116.468	914.337
Adições	-	-	23.275	-	-	813	3.817	-	27.905
Baixas	-	(738)	-	-	(113)	-	-	-	(851)
Transferências	-	593	-	198	-	(119)	(672)	-	-
31 de dezembro de 2021	5.064	138.273	522.681	101.175	49.725	2.476	5.529	116.468	941.391
31 de dezembro de 2019	(3.595)	(96.847)	(315.752)	(72.873)	(36.613)	-	-	(80.447)	(606.127)
Adições de depreciação	(294)	(9.355)	(25.315)	(5.638)	(2.642)	-	-	(7.205)	(50.449)
Baixas de depreciação	-	34	-	-	-	-	-	-	34
31 de dezembro de 2020	(3.889)	(106.168)	(341.067)	(78.511)	(39.255)	-	-	(87.652)	(656.542)
Adições de depreciação	(214)	(6.058)	(31.059)	(4.104)	(1.921)	-	-	(5.240)	(48.596)
Baixas de depreciação	-	643	-	-	91	-	-	-	734
31 de dezembro de 2021	(4.103)	(111.583)	(372.126)	(82.615)	(41.085)	-	-	(92.892)	(704.404)
Total em:									
31 de dezembro de 2020	1.175	32.250	158.339	22.466	10.583	1.782	2.384	28.816	257.795
31 de dezembro de 2021	961	26.690	150.555	18.560	8.640	2.476	5.529	23.576	236.987

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Custo atribuído				Em curso					Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Ágio na Incorporação	Mais Valia	
31 de dezembro de 2019	5.532	224.325	501.165	137.250	49.837	2.352	2.573	116.468	283.843	1.323.345
Adições	-	-	66.136	-	-	304	2.610	-	-	69.050
Baixas	-	(125)	(47)	-	-	-	(166)	-	-	(338)
Transferências	-	942	-	206	-	(392)	(756)	-	-	-
31 de dezembro de 2020	5.532	225.142	567.254	137.456	49.837	2.264	4.261	116.468	283.843	1.392.057
Adições	-	-	34.861	-	-	1.814	5.483	-	-	42.158
Baixas	-	(1.266)	-	-	(112)	-	(126)	-	-	(1.504)
Transferências	-	2.066	41	281	-	(119)	(2.269)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	5.532	225.942	602.156	137.737	49.725	3.959	7.349	116.468	283.843	1.432.711
31 de dezembro de 2019	(3.612)	(133.486)	(363.532)	(98.068)	(36.614)	-	-	(80.447)	(67.939)	(783.698)
Adições de depreciação	(300)	(14.961)	(26.668)	(6.179)	(2.642)	-	-	(7.205)	(22.644)	(80.599)
Baixas de depreciação	-	34	12	-	-	-	-	-	-	46
31 de dezembro de 2020	(3.912)	(148.413)	(390.188)	(104.247)	(39.256)	-	-	(87.652)	(90.583)	(864.251)
Adições de depreciação	(219)	(11.880)	(32.997)	(4.659)	(1.920)	-	-	(5.240)	(22.646)	(79.561)
Baixas de depreciação	-	1.083	-	-	91	-	-	-	-	1.174
31 de dezembro de 2021	(4.131)	(159.210)	(423.185)	(108.906)	(41.085)	-	-	(92.892)	(113.229)	(942.638)
Total em:										
31 de dezembro de 2020	1.620	76.729	177.066	33.209	10.581	2.264	4.261	28.816	193.260	527.806
31 de dezembro de 2021	1.401	66.732	178.971	28.831	8.640	3.959	7.349	23.576	170.614	490.073

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2021 e 2020 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado.

A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos. O valor do passivo diferido registrado em 1º janeiro de 2009 foi de R\$ 100.410.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a companhia pode estimar o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 12 meses, ao valor de R\$ 57.080, para a Sociedade, e ao valor de R\$ 9.056 para sua controlada indireta Bela Vista com a extensão de 28 meses, com o impacto total de R\$ 66.136 no ativo consolidado. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Em 1º de dezembro de 2021, a companhia pode estimar o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 12 meses, ao valor de R\$ 23.275, para a Sociedade, e ao valor de R\$ 1.688 para sua controlada indireta Bela Vista e de R\$ 9.898 para sua controlada indireta Pantanal com a extensão de 20 meses, com o impacto total de R\$ 34.861 no ativo consolidado.

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu novo ajuste de R\$ 23.275, bem como extensão de 6 meses na sua respectiva outorga.

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Empresa	2021	2020	Extensão	Extensão	Extensão
			Outorga	Outorga	Outorga
			(meses)	(meses)	(meses)
			2021	2020	Total
Bela Vista Energética Ltda.	1.688	9.056	6	28	34
Pantanal Energética Ltda.	9.898	-	14	0	14
Itiquira Energética S.A.	23.275	57.080	6	12	18
Total	34.861	66.136			

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento mercantil

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação da controladora

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições	673
31 de dezembro de 2021	673
Amortização	
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições de amortização	(75)
31 de dezembro de 2021	(75)
Total em 31 de dezembro de 2020	-
Total em 31 de dezembro de 2021	598

Movimentação do consolidado

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições	1.352
31 de dezembro de 2021	1.352
Amortização	
31 de dezembro de 2019	-
31 de dezembro de 2020	-
Adições de amortização	(133)
31 de dezembro de 2021	(133)
Total em 31 de dezembro de 2020	-
Total em 31 de dezembro de 2021	1.219

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas, maio de 2046.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor nominal dos pagamentos futuros	733	-	1.477	-
Ajuste a valor presente	(71)	-	(147)	-
Total do arrendamento	662	-	1.330	-
Circulante	211	-	427	-
Não circulante	451	-	903	-

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	-	-	-	-
Adições	673	-	1.352	-
Pagamento	(29)	-	(55)	-
Juros sobre arrendamento	18	-	33	-
Saldo final	662	-	1.330	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	211	427
2024	211	427
2025	29	49
	451	903

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	11.426	213	12.817
Fornecedores	803	4.772	1.178	6.022
Pesquisa e desenvolvimento	9.076	8.762	10.544	10.108
Contas a pagar - partes relacionadas	6.976	6.985	9.080	8.512
Seguros	80	55	97	143
Total	16.935	32.000	21.112	37.602
Passivo circulante	16.935	27.502	21.112	33.104
Passivo não circulante	-	4.498	-	4.498

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	502	447
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	4.036	4.254	4.288	4.482
Total - Impostos diretos	4.036	4.254	4.790	4.929
PIS - Programa de Integração Social	214	189	264	231
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.016	872	1.244	1.067
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	159	138	188	147
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	272	97	341	150
Retenções - Lei nº 10.833	7	7	8	8
Outros	229	262	170	206
Total - Impostos indiretos	1.897	1.565	2.215	1.809
Total - Impostos e contribuições a recolher	5.933	5.819	7.005	6.738

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2021		2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 2,9% a.a	4.221	-	-	-
Banco Itaú S.A.	1ª emissão debêntures	CDI + 2,9% a.a.	70.608	221.000	70.311	260.000
Total			74.829	221.000	70.311	260.000
	Despesa de contratação (*)		(472)	(2.121)	(40)	(3.026)
Total			74.357	218.879	70.271	256.974

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Credor	Modalidade	Encargos	Consolidado			
			2021		2020	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 2,9% a.a	4.221	-	-	-
Banco Itaú S.A.	1ª emissão debêntures	CDI + 2,9% a.a.	70.608	221.000	70.311	260.000
Total			74.829	221.000	70.311	260.000
	Despesa de contratação (*)		(472)	(2.121)	(40)	(3.026)
Total			74.357	218.879	70.271	256.974

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	327.245	12.411	327.245	12.411
Captação	3.971	332.566	3.971	330.000
Juros provisionados	23.109	370	23.109	370
IOF provisionados	50	16	50	-
Amortização – principal	(40.000)	(14.698)	(40.000)	(12.116)
Pagamento – juros	(21.611)	(355)	(21.611)	(355)
	292.764	330.310	292.764	330.310
Despesa de contratação	472	(3.065)	472	(3.065)
Saldo final	293.236	327.245	293.236	327.245

Em 23 de dezembro de 2020, a controladora emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais.

Em 10 de junho de 2021, a controladora realizou a operação de mútuo com a Brookfield Energia Renovável S.A., com juros de CDI + 2,9% a.a. e data de vencimento vinculada ao vencimento da debênture.

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021. As garantias são alienação fiduciária das ações da Itiquira, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2021, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado
Ano	
2023	69.000
2024	52.000
2025	55.000
2026	29.000
Após 2026	13.879
Total	218.879

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos cíveis	116	89	116	89
Riscos trabalhistas	35	16	42	23
Riscos tributários	8.686	8.686	8.686	8.686
Total	8.837	8.791	8.844	8.798

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Sociedade:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2019	65	14	-	79
Adição	-	-	8.686	8.686
Baixa por pagamento	-	(3)	-	(3)
Baixa por reavaliação de contingências	-	-	(1)	(1)
Atualização	24	5	1	30
31 de dezembro de 2020	89	16	8.686	8.791
Baixa por pagamento	-	(3)	-	(3)
Atualização	27	22	-	49
31 de dezembro de 2021	116	35	8.686	8.837

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2019	65	20	-	85
Adição	-	-	8.732	8.732
Baixa por pagamento	-	(3)	(46)	(49)
Baixa por reavaliação de contingências	-	-	(1)	(1)
Atualização	24	6	1	31
31 de dezembro de 2020	89	23	8.686	8.798
Baixa por pagamento	-	(1)	-	(1)
Atualização	27	20	-	47
31 de dezembro de 2021	116	42	8.686	8.844

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências--Continuação

A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui uma ação de desapropriação classificada por seus assessores jurídicos como sendo de perda provável, no montante de R\$ 116 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2020).

b) Provisão para riscos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui ação trabalhista classificada por seus assessores jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 35 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2020), referente à uma Reclamação Trabalhista.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2021 existe provisão para contingência trabalhista classificada pela controlada indireta como perda provável, no montante de R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2020), referente à uma Reclamação Trabalhista.

c) Provisão para riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui ação tributária classificada por seus assessores jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 8.686 (R\$ 8.686 em 31 de dezembro de 2020).

d) Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos trabalhistas	1.099	1.202	1.099	2.017
Administrativo e tributário	47.355	45.563	47.355	45.563
Total	48.454	46.765	48.454	47.580

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis

a) Riscos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui três ações trabalhistas classificadas por seus assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante de R\$ 1.099 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro de 2020),

b) Riscos Administrativos e Tributários

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade possui 8 ações tributárias classificadas por seus assessores jurídicos como sendo de perda possível em R\$ 47.355 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 45.563)

c) Riscos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui processos ambientais classificadas por seus assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante de R\$ 2.500, referente a um auto de infração, lavrado pela SEMA. Consta, ainda, uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 136.474, dividido em 339.323.283 (trezentas e trinta e nove milhões, trezentas e vinte e três mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e homologado pela Secretaria da Receita Federal, conforme Ato Declaratório Executivo nº 158, de 20 de março de 2006, incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, pelo qual foi concedido à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal na SUDAM, a perdurar por mais 10 anos, prorrogando o incentivo até 31 de dezembro de 2022. Com a obtenção do benefício tributário, a alíquota de IRPJ reduziu de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% totalizando em 15,25% a alíquota somada de IRPJ e CSLL.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*--Continuação

De 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2021, esse benefício foi refletido diretamente nas demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2008, em decorrência da mudança de prática contábil instituída pela Lei nº 11.638/07, as parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica "Imposto de Renda", no resultado do exercício. Na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

Em 03 de maio de 2021, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a destinação do montante total de R\$ 9.950 para a conta de Reserva de Incentivo Fiscal do exercício de 2020. A parcela de R\$ 11.141 referente ao exercício de 2021 será submetida à aprovação da AGO a ser realizada em 2022.

Em setembro de 2021, a Sociedade registrou o aumento em seu prazo de concessão, em virtude da indenização GSF, tal fato impactou o saldo do IR Diferido no passivo e na avaliação patrimonial do PL, sendo agora apresentado com a alíquota 15,25% até 2022 (com benefício) e 34% de 2023 até 01/2026 (sem benefício), gerando um ajuste de R\$184.

Em dezembro de 2021, A Sociedade efetuou um ajuste na reserva de incentivos fiscais devido a revisão do método de cálculo do desconto de IR referente ao Lucro da Exploração referente a exercícios anteriores no valor de R\$ 2.091.

Em 30 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a destinação do montante total de R\$ 14.181 para a conta de Reserva de Incentivo Fiscal do exercício de 2019. A parcela de R\$ 9.950 referente ao exercício de 2020 será submetida à aprovação da AGO a ser realizada em 2021.

Em dezembro de 2020, a Sociedade registrou o aumento em seu prazo de concessão, em virtude da indenização GSF, tal fato impactou o saldo do IR Diferido no passivo e na avaliação patrimonial do PL, sendo agora apresentado com a alíquota 15,25% até 2022 (com benefício) e 34% de 2023 até 01/2026 (sem benefício), gerando um ajuste de R\$1.570.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial--Continuação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 03 de maio de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 23.493 (R\$ 69,24 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 18 de março de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 56.596 (R\$ 166,79 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 20.000 (R\$ 58,94 por lote de mil ações).

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 18.915 (R\$ 55,57 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 30 de junho de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 19.734 (R\$ 58,16 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 34.358 à (R\$ 101,26 por lote de mil ações) conta de Reserva Especial.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Número de ações ordinárias no início do exercício	339.323	339.323	339.323	339.323
Número de ações ordinárias no término do exercício	339.323	339.323	339.323	339.323
Lucro líquido do exercício	72.323	95.527	72.323	95.527
Número médio ponderado das ações no exercício	339.323	339.323	339.323	339.323
Lucro básico e diluído por ação – em reais	0,21	0,28	0,21	0,28

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	55.498	24.318	120.190	40.891
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	136.589	147.333	156.513	171.156
Resultado com MRE e CCEE (*)	11.910	2.165	11.729	35.724
Serviços de compartilhamento de linha de transmissão	267	295	267	295
	204.264	174.111	288.699	248.066
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	(3)	(1)	(37)	(2)
PIS	(3.370)	(2.873)	(3.920)	(3.352)
COFINS	(15.524)	(13.232)	(18.061)	(15.441)
ISS	(9)	(29)	(9)	(29)
Receita operacional líquida	185.358	157.976	266.672	229.242

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	10	18.028	10	18.028
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	13.752	3.153	13.752	3.153
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(8.358)	(5.928)	(8.358)	(5.928)
Royalties ANEEL	23.562	23.049	28.062	26.869
	28.966	38.302	33.466	42.122
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	33	46	84	95
Viagens	158	24	163	50
Serviços de terceiros	9.741	8.228	12.053	10.690
Seguros	1.405	1.122	2.450	1.959
Pessoal	5.853	6.321	5.858	6.334
Depreciação	43.357	43.244	51.675	50.749
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	11.174	8.744	11.174	8.744
Manutenção	1.480	763	624	1.086
MRE/CCEE (**)	20.612	(47.788)	12.547	(53.401)
Telecomunicações	233	155	573	388
Aluguéis e utilidades	26	23	26	36
Promoção e publicidade	19	14	19	14
Outros	658	574	1.048	909
	94.749	21.470	98.294	27.653
Total do custo do serviço prestado	123.715	59.772	131.760	69.775
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	151	4	199	5
Serviços de terceiros	666	512	863	680
Amortização da mais valia alocada em controlada	5.239	7.205	27.886	29.850
Promoção e publicidade	9	10	68	39
Rateio de despesas (*)	7.563	6.681	13.030	11.834
Doações	-	397	-	397
Total das despesas gerais e administrativas	13.628	14.809	42.046	42.805
Total de custos e despesas gerais e administrativas	137.343	74.581	173.806	112.580

(*) Valores relativos ao contrato de compartilhamento de despesas com a parte relacionada Brookfield Energia Renovável S.A.

(**) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 23.275 para a controladora e de R\$ 34.861 para o consolidado devido ao registro da extensão de outorga do GSF (Nota 9).

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Multas e juros sobre tributos	(167)	(81)	(212)	(87)
Perda/ganho na venda de ativos	78	(137)	195	(174)
Provisão para contingências	-	(8.607)	-	(8.607)
Outros	41	(1)	62	(1)
Total	(48)	(8.826)	45	(8.869)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	665	356	1.832	2.067
Variação monetária e cambiais, líquidas	758	455	758	455
Juros sobre mútuos	19.504	263	19.504	263
Outros	1	-	2	-
Total	20.928	1.074	22.096	2.785
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	23.109	370	23.109	370
Juros sobre arrendamento	18	-	33	-
Despesas com letras de crédito	-	55	-	55
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.121	1.533	1.124	1.533
Multas e encargos sobre empréstimos	1.003	55	1.004	55
Imposto sobre operações financeiras	1.053	89	1.083	107
Outros	189	1.885	217	1.932
Total	26.493	3.987	26.570	4.052

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Tributos diferidos		
Provisões temporárias	(18.721)	(7.136)
Custo atribuído ativo imobilizado	(21.911)	(23.900)
Total tributos diferidos, líquidos	(40.632)	(31.036)

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias, foi reconhecido levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e alíquotas vigentes, considerando o benefício do lucro da exploração (SUDAM) conforme o período de apuração.

	2021		2020	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Provisões temporárias	9.689	1.478	10.286	1.570
		1.478		1.570
Passivo				
Provisões temporárias	(67.706)	(20.199)	(57.080)	(8.705)
Custo atribuído - Benefício L. Exploração	(313.277)	(47.775)	(315.986)	(48.188)
(-) Depreciação/baixas Benefício L. Exploração	296.956	45.286	280.665	42.801
Custo atribuído	(57.124)	(19.422)	(54.453)	(18.514)
		(42.110)		(32.606)
Total de imposto diferido		(40.632)		(31.036)

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos apresentada nas demonstrações de resultado individuais e consolidadas da Sociedade é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Corrente				
Imposto de renda	(6)	(92)	(1.970)	(1.955)
Contribuição social	(3.704)	(4.312)	(4.732)	(5.264)
Total do imposto corrente	(3.710)	(4.404)	(6.702)	(7.219)
Diferido				
Imposto de renda	(9.871)	(1.549)	(9.871)	(1.549)
Contribuição social	459	(2.231)	459	(2.231)
Total do imposto diferido	(9.412)	(3.780)	(9.412)	(3.780)
Total com despesas de impostos	(13.122)	(8.184)	(16.114)	(10.999)

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	85.445	103.711	88.437	106.526
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (1)	29.027	35.238	30.045	36.195
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	(14.635)	(10.899)	-	-
Amortização da Mais valia alocada	-	-	7.700	7.700
Diferido - variação alíquota lucro da exploração (34% para 15,25%) (2)	11.145	(4.647)	11.145	(4.647)
Incentivo Lucro da exploração (4)	(11.141)	(11.795)	(11.141)	(11.795)
Outros Incentivos Fiscais (6)	(1.128)	-	(1.128)	-
Diferencial tributação presumido (5)	-	-	(20.367)	(16.755)
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal (3)	-	1	6	15
Outros	(146)	286	(146)	286
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	13.122	8.184	16.114	10.999

(1) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(2) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do benefício fiscal Lucro da Exploração (SUDAM). O diferido foi calculado considerando o benefício fiscal e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, o que ocasionou uma variação, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(3) A controlada Cachoeira Escura Energética S.A é optante do lucro real e, em 2021, não constituíram créditos tributários diferido em função da falta da expectativa da efetiva geração de lucros tributáveis futuros. A controlada Cachoeira Escura Energética S.A acumula o saldo total do imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa, no montante de R\$ 2.618, e em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 2.611. O total dos prejuízos fiscais das controladas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 7.700 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$7.680).

(4) Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal, a vigorar por mais 10 anos, contados a partir de 2013 até 2022, inclusive, conforme decisão favorável expedida pela SUDAM nos autos do processo CUP nº 59004/000242/2013-39.

(5) Em 31 de dezembro de 2021, as controladas indiretas da Sociedade, Pantanal Energética Ltda. e Bela Vista Energética Ltda. calcularam o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, ocasionando uma diferença na forma de tributação entre a controlada, optante pelo Lucro Real, e as controladas, optantes ao Lucro Presumido, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças de forma de tributação do IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(6) Em 2021, a Sociedade utilizou-se dos benefícios fiscais da Lei 11.196/2005 (Lei do bem) e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei 6.321/1976.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Contas a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	7.653	21.273	10.154	21.976
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	726	980	726	2.823
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	11	-	-	-
Cachoeira Escura Energética S.A.	(a)	3	25.000	-	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	10	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(a)	376	-	376	-
		8.779	47.253	11.256	24.799
Dividendos a receber					
Cachoeira Escura Energética S.A.	(b)	200	8.724	-	-
		200	8.724	-	-
Mútuos a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	282.317	266.846	282.317	268.190
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	-	-	-	988
		282.317	266.846	282.317	269.178
Passivo					
Contas a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	6.974	2.487	9.078	4.014
Brookfield BRP Holdings (Canada) Inc.	(d)	-	4.498	-	4.498
Tangará Energia S.A.	(d)	2	-	2	-
		6.976	6.985	9.080	8.512
Dividendos a pagar					
Itisa Holding LLC.	(e)	41.293	3.404	41.293	3.404
		41.293	3.404	41.293	3.404
Mútuos a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	4.221	-	4.221	-
		4.221	-	4.221	-
Receita					
Venda de energia					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	123.615	71.496	143.539	73.563
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(g)	8.545	27.313	8.545	49.069
Tangará Energia S.A.	(g)	4.429	48.524	4.429	48.524
		136.589	147.333	156.513	171.156
Receitas financeiras					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	19.504	263	19.504	263
		19.504	263	19.504	263

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Transações com partes relacionadas--Continuação

Custo

Compra de energia

Apollo Comercializadora Ltda.	(i)	5.961	-	5.961	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	(i)	7.791	816	7.791	816
Tangará Energia S.A.	(i)	-	2.337	-	2.337
		13.752	3.153	13.752	3.153

Serviço de O&M

Brookfield Energia Renovável S.A.	(j)	11.174	8.744	11.174	8.744
		11.174	8.744	11.174	8.744

Despesas financeiras

Brookfield Energia Renovável S.A.	(k)	200	59	200	59
		200	59	200	59

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 13);
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Despesas financeiras resultantes das debêntures em vigência entre a Sociedade e a outra empresa do grupo.

Durante o ano de 2021 e 2020, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 36.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 636.612 (R\$ 582.111 em 31 de dezembro de 2020).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.069	12.069	-	14.414	14.414
Mútuos a receber	282.317	-	282.317	266.846	-	266.846
Depósito judicial	-	15.800	15.800	-	8.805	8.805
Contas a receber	17.468	-	17.468	49.941	-	49.941
Dividendos a receber	200	-	200	8.724	-	8.724
	299.985	27.869	327.854	325.511	23.219	348.730

Ativos financeiros	Consolidado					
	2021			2020		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.815	15.815	-	16.382	16.382
Depósito judicial	-	15.841	15.841	-	8.846	8.846
Mútuos a receber	282.317	-	282.317	269.178	-	269.178
Contas a receber	26.552	-	26.552	38.120	-	38.120
	308.869	31.656	340.525	307.298	25.228	332.526

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2021	2020
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	16.935	32.000
Arrendamento	662	-
Empréstimos e financiamentos	293.236	327.245
Dividendos a pagar	41.293	3.404
	352.126	362.649

	Consolidado	
	2021	2020
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	21.112	37.602
Arrendamento	1.330	-
Empréstimos e financiamentos	293.236	327.245
Dividendos a pagar	41.293	3.404
	356.971	368.251

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	15.815	16.382

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade e suas controladas possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade e suas controladas efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade e suas controladas tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade e suas controladas tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da concessão e autorização*

A Sociedade detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

24. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2022 foi publicado em diário oficial Resolução Autorizativa nº 11.023/2022, aprovando o ajuste do prazo de outorga, conforme Lei 14.120, com isso a autorização das usinas abaixo passa a ser a seguinte:

Empresa	Valor
Pantanal Energética Ltda.	10/02/2029
Bela Vista Energética Ltda.	29/09/2032

O efeito do incremento na extensão das outorgas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não gera qualquer incremento em saldos de ativos ou passivos registrados, apenas uma revisão prospectiva das taxas de depreciação.

25. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 24 de março de 2022.